

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS COM FAMÍLIAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS COM FAMÍLIAS

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS
RESUMO Ao longo desta disciplina abordaremos aspectos que revelam a importância da gestão por projetos e seus benefícios. É comum na gestão das organizações sociais que se seja motivado ou até mesmo exigido a trabalhar por projetos. São indicações externas que apontam que devem ser adotados os projetos para se obter o reconhecimento das atividades e de sua organização.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS PROJETO COMO ROTEIRO DE AÇÃO PROJETOS COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO PROFISSIONALISMO
AULA 2 INTRODUÇÃO OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS JUSTIFICATIVA OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA RECURSOS
AULA 3 INTRODUÇÃO CONHECIMENTO DO TEMA E DADOS DE CONTEXTO PESQUISAS ANTERIORES E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS EQUIPE TÉCNICA INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL
AULA 4 INTRODUÇÃO EDITAIS E ADERÊNCIA TEMÁTICA INTERPRETAÇÃO DE EDITAIS E ESCOLHAS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS INTERPRETAÇÃO DE EDITAIS E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS
AULA 5 INTRODUÇÃO AVALIAÇÕES DE PROCESSO, RESULTADOS E IMPACTO INDICADORES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA
AULA 6 INTRODUÇÃO GESTÃO DAS EQUIPES EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA GESTÃO DE RECURSOS PRESTAÇÃO DE CONTAS

BIBLIOGRAFIAS

- ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- ABRINQ. Cenário da infância e adolescência no Brasil 2018. São Paulo: Abrinq, 2018.
- BAPTISTA, M. V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2007.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO INTEGRAL PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO BRASIL

RESUMO

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO

ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA

O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?

A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 3

INTRODUÇÃO

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DESENVOLVIMENTO HUMANO

ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

AULA 4

INTRODUÇÃO
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)
CONSELHO TUTELAR: O QUE É
CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA
CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PODER JUDICIÁRIO
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
MINISTÉRIO PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, D. C. (Org). Public Policy, Theories, Models, and Concepts: An Anthology. NJ: Prentice Hall, 1995.

DISCIPLINA:

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Nesta disciplina de Participação Social e Movimentos Sociais trataremos de diversos temas de nosso interesse, desde o conceito de Participação Social, Democracia Participativa, Movimentos Sociais, Intervenção do Estado, Interesse político e social nas ações coletivas e as liberdades individuais e coletivas, ou seja, serão aulas riquíssimas de informações! Fique atento e anote tudo que considerar importante! Diariamente, ouvimos falar sobre a importância da Participação Social, ou seja, a importância do protagonismo da sociedade civil brasileira na participação efetiva do cidadão e na consolidação da Democracia no Brasil. Primeiramente, fazemos algumas perguntas: afinal de contas, o que é Participação Social? Como foi a participação dos cidadãos na história político-social do Brasil? E o que a participação social tem a ver com a promoção da Democracia Participativa no Brasil?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

MOVIMENTO PELAS DIRETAS JÁ
A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

AULA 2

INTRODUÇÃO
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

AULA 3

INTRODUÇÃO
O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL
TIPOLOGIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS
ESTRATÉGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
O PARADIGMA NORTE-AMERICANO
O PARADIGMA EUROPEU
MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIGLOBALIZAÇÃO
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA PARTICIPAÇÃO (1979-1989)
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO (1990-2000)
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA NO SÉCULO XXI

AULA 6

INTRODUÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
MOVIMENTO SINDICAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO
MOVIMENTO SOCIAL AMBIENTALISTA

BIBLIOGRAFIAS

- AMMANN, S. B. Participação Social. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DISCIPLINA:

CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS PARA PROJETOS SOCIAIS

RESUMO

O processo de captação de recursos para projetos tanto na esfera pública quanto na privada é dependente da efetiva capacidade dos seus gestores de elaborar, gerir e avaliar os resultados obtidos. Em ambos os setores é enfatizada a necessidade da preparação de projetos que contemplem elementos essenciais à apreciação por parte da

entidade/órgão conveniente dos recursos solicitados. Nesta disciplina serão esclarecidos como os recursos serão captados e empregados, além de outros assuntos que envolvem todos os processos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
TERMOS BÁSICOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BRASIL
PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS
NORMAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS
DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – TERCEIRO SETOR
OUTRAS MODALIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
FONTES INTERNACIONAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
ESTRUTURA DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
FONTES ALTERNATIVAS DE FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FONTES DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FONTES INTERNACIONAIS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
PLANO DE GOVERNO – CONCEITOS
IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
DESAFIOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – SOCIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
GENERALIDADES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
DESAFIOS DO ACESSO ÀS FONTES DE RECURSOS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS – PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

INVESTIMENTO EM OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO
INVESTIMENTO EM MORADIAS POPULARES
EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS EM OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E
CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES

BIBLIOGRAFIAS

- ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos. Código de Ética. Disponível em: <https://captadores.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- AHMAD, N. Y. S. As políticas ambientais – no Brasil e no mundo. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/29673315/AS-POLITICAS-AMBIENTAISNO-BRASIL-E-NO-MUNDO-por-NAJH-YUSUF-SALEH-AHMAD>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- ALVES, J. E. D. Impactos ambientais do crescimento populacional e econômico de longo prazo. EcoDebate, Rio de Janeiro, 20 jan. 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/01/20/impactos-ambientais-docrescimento-populacional-e-economico-de-longo-prazo-artigo-de-jose-eustaquiodiniz-alves/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

DISCIPLINA:
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO SOCIAL
BRASILEIRA

RESUMO

Falar sobre a educação especial e a educação inclusiva é sempre um grande desafio. Este tema gera grande discussão e a necessidade cada vez maior de políticas públicas em relação a investimentos na área. A educação especial e a educação inclusiva têm que assegurar o direito de todos na participação efetiva na sociedade. No Brasil temos legislações específicas e uma história marcada por avanços quando nos referimos a esse tema, mas temos a consciência de que possuímos ainda um longo caminho para buscar a superação de alguns pontos nesse aspecto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A DIFERENÇA E A TRANSIÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

DOCUMENTOS QUE ESTIMULARAM A ADOÇÃO DO PARADIGMA INCLUSIVO
A INCLUSÃO E O NOVO OLHAR SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ALGUMAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS NAS ESCOLAS PARA O CONTEXTO INCLUSIVO

AULA 2

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA POLÍTICA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DIRETRIZES
INCLUSÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A IGUALDADE E DIVERSIDADE
PRINCÍPIOS PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO ESCOLAR E CONTEMPLAR A DIVERSIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA E SOCIEDADE INCLUSIVA
CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA
O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EMPREGABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
A INCLUSÃO DO ALUNO COM DISLEXIA
A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

AULA 5

INTRODUÇÃO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
DESENHO UNIVERSAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA
AVALIAÇÃO TRADICIONAL VERSUS AVALIAÇÃO INCLUSIVA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA INCLUSIVA

AULA 6

INTRODUÇÃO

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMPOSIÇÃO E TIPOS DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

BIBLIOGRAFIAS

- RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: _____. (Org.). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto, 2006.
- GUEBERT, M. C. C. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba: IBPEX, 2007.
- FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2007.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS
MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO
FACULTATIVO AO PACTO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E
PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE
TRATADOS
AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>. Acesso em: 9 set. 2019.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS
RESUMO
<p>Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS TENSÕES FUNDAMENTAIS DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA NA PRÁTICA FINALIZANDO</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993) NA PRÁTICA FINALIZANDO</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH</p>

NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE MÍDIA SOCIAL

RESUMO

O termo social media, ou mídias sociais, é uma das formas de comunicação disponíveis no mercado online, e dentro do universo das mídias sociais existem muitas pessoas, inclusive consumidores. Por isso é importante entender seu funcionamento e como ter as mídias sociais a seu favor. Social media também é o nome da função na qual um profissional de marketing digital trabalha com foco na utilização de redes sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
HISTÓRIA DAS REDES SOCIAIS
DEFINIÇÃO DE PERSONAS
INBOUND MARKETING
COMO FUNCIONAM OS ALGORITMOS?

AULA 2

INTRODUÇÃO
SEO NO FACEBOOK
ESTRATÉGIAS NO FACEBOOK
CARACTERÍSTICAS DO INSTAGRAM
SEO NO INSTAGRAM

AULA 3

INTRODUÇÃO
CARACTERÍSTICAS DO LINKEDIN
SEO NO LINKEDIN
ESTRATÉGIAS NO LINKEDIN
CARACTERÍSTICAS DO YOUTUBE

AULA 4

INTRODUÇÃO
ESTRATÉGIAS DE YOUTUBE
CARACTERÍSTICAS DO WHATSAPP
ESTRATÉGIAS E BOAS PRÁTICAS NO WHATSAPP
DESIGN EM REDES SOCIAIS + OTIMIZAÇÃO DE IMAGENS

AULA 5

INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS AUXILIARES
ANÁLISE DE MÉTRICAS
PLANEJAMENTO DE CONTEÚDO
GESTÃO DE CRISE

AULA 6

INTRODUÇÃO
ESTRUTURA DE CAMPANHA, CONJUNTO DE ANÚNCIOS E ANÚNCIOS
CRIANDO PÚBLICO, POSICIONAMENTOS E ORÇAMENTO
CRIATIVOS
MÉTRICAS NO FACEBOOK ADS

BIBLIOGRAFIAS

- BAREFOOT, D.; SZABO, J. Manual de marketing em mídias sociais. São Paulo: Novatec, 2009.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração em marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- OKUYAMA, F. Y.; MILETTO, E. M.; NICOLAO, M. Desenvolvimento de software

I: conceitos básicos. Porto Alegre: Bookman, 2014.

DISCIPLINA:
POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIA

RESUMO

Nesta disciplina será abordado qual o caminho das políticas sociais atualmente. E, iremos compreender, como estas políticas abrangem as famílias. Quando falamos de política, é preciso refletir que se trata de interesses de grupos diversos que lutam pelo poder, buscando acesso a melhores possibilidades de realização desses interesses, ou seja, são caminhos diferentes. Por esse ângulo, o contexto em que se desenvolvem as políticas sociais nunca é neutro, pois sempre será marcado por interesses, conflitos e negociações entre os que reivindicam os direitos e aqueles que os concedem, entre os que se beneficiam e os que são prejudicados, em suma, entre os dominantes e os dominados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA FAMÍLIAS

AS RELAÇÕES DA FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESFILIAÇÃO

CIDADANIA: POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA

FAMÍLIA E TRABALHO FAMILIAR

AULA 2

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

PROTEÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

AULA 3

INTRODUÇÃO

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIA

NOVOS OLHARES SOBRE AS FAMÍLIAS

ESTEREÓTIPOS DE FAMÍLIA E DE PAPÉIS FAMILIARES

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O IMPACTO NA FAMÍLIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CONTEXTO DE PROGRAMAS DE APOIO SOCIOFAMILIAR

O TRABALHO SOCIAL E ALGUNS APONTAMENTOS

O TRABALHO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E TRABALHO EM EQUIPE

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E DESAFIOS FRENTE AO SISTEMA CAPITALISTA

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)

A INTERSETORIALIDADE ENTRE POLÍTICAS SOCIAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO

O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

OS DIREITOS PREVISTOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 41. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 22 set. 2019.
- CARVALHO, M. do C. B. de. Família e políticas públicas. ACOSTA, A. R.; VILTALES, M. A. F. (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez / Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

DISCIPLINA:

POLÍTICA SOCIAL E POPULAÇÃO DO CAMPO

RESUMO

A disciplina “Política Social e População do Campo” compreende seis eixos temáticos: O rural brasileiro – contextualização; Desenvolvimento, desigualdade e pobreza no Brasil; Política social e população do campo: avanços e limites; Programas sociais e população camponesa; A reforma agrária como democratização da terra e redução da pobreza no campo; Segurança social e distribuição de renda no campo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

ATORES DO RURAL

POPULAÇÃO CAMPONESA

A POPULAÇÃO CAMPONESA E NOVAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA

AULA 2

INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

DESENVOLVIMENTO RURAL

DESGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

A POBREZA NO CAMPO

AULA 3

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E A CIDADANIA

POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA E POPULAÇÃO CAMPONESA

PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA (BSM)

PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS NO BSM

AULA 4

INTRODUÇÃO

O PRONAF E AS DESIGUALDADES

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O FORTALECIMENTO DA

AGRICULTURA FAMILIAR

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A LUTA PELO ACESSO À TERRA

O PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA) COMO SUPERAÇÃO DA POBREZA NO CAMPO

A REDUÇÃO DA POBREZA: BRASIL SEM MISÉRIA E REFORMA AGRÁRIA

O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

AULA 6

INTRODUÇÃO

A HABITAÇÃO E O SANEAMENTO NA ÁREA RURAL

A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

AGROECOLOGIA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO: DESAFIOS E

PERSPECTIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- FOLGADO, C. Impactos dos modelos de desenvolvimento para as populações do campo, da floresta e das águas In: BRASIL. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. p. 175-189. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiente_populacoes_campo_floresta_aguas.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.
- _____. Prefácio. In: BRANDENBURG, A. (Org.) Mundo rural e ruralidades. Curitiba: UFPR, 2018.
- BRANDENBURG, A. (Org.) Mundo rural e ruralidades. Curitiba: UFPR, 2018.

DISCIPLINA:

FOMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

RESUMO

O desenvolvimento local se apresenta como uma abordagem diferente daquelas meramente atreladas ao crescimento econômico, individual e infinito (noções sobre a limitação dos recursos). Esta escola de pensamento e ação é o resultado de uma iniciativa partilhada, inovadora e de caráter comunitário. O que distingue o desenvolvimento local de outros modelos outrora implantados é o fato de esta abordagem garantir à sociedade a função de ator capaz de tomar decisões, diferentemente daqueles puramente beneficiários do desenvolvimento, com pouca ou nenhuma participação nos processos políticos formais e informais incidentes em suas vidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

DESENVOLVIMENTO LOCAL – ECONOMIA SOLIDÁRIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
CAPITAL SOCIAL
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL
EXEMPLOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMPETITIVIDADE LOCAL
ESTRUTURA DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E CADEIAS PRODUTIVAS
EXEMPLOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

AULA 4

INTRODUÇÃO
FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
ALTERNATIVAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
RECURSOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
FONTES INTERNACIONAIS DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL
SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – SETOR
PÚBLICO
SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS –
TERCEIRO SETOR
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE
IMPORTÂNCIA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL
CADEIAS PRODUTIVAS INDUSTRIAIS – CONCEITOS E VANTAGENS
EXEMPLOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, CADEIAS PRODUTIVAS
INDUSTRIAIS E SEUS BENEFÍCIOS

BIBLIOGRAFIAS

- BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L. dos; PITAGUARI, S. O. Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.
- FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. Revista de economia política, v. 20, n. 4, p. 3-7, 2000. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjdzTlq8zeAhVKC5AKHakoAXMQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.bresserpereira.org.br%2Fterceiros%2Fcursos%2F2015%2FFurtado-Reflexoes-sobrea-crise-brasileira.pdf&usq=AOvVaw1Az4NL06Ece5xZfjyUbp7j>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. Diccionario de la outra economía, CLACSO, Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.cecies.org/imagenes/edicion_476.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

DISCIPLINA: GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES
RESUMO
No atual cenário, o aprendizado ao longo da vida tornou-se essencial para a sustentabilidade e o melhor posicionamento das organizações. Atuando como principal catalisador da gestão da informação, do conhecimento e da inovação corporativa, o aprendizado vem se constituindo em sua melhor estratégia. No tocante às pessoas nesse contexto, representa uma chave para sua integração na sociedade e seu sucesso no mercado de trabalho.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O MACROAMBIENTE DE NEGÓCIOS EMPRESAS MULTINACIONAIS GLOBALIZAÇÃO E A NOVA FORMA DE FAZER NEGÓCIOS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO COM ISSO? PAÍSES EMERGENTES
AULA 2 A PRIMEIRA ONDA DE CONHECIMENTO A NOVA DINÂMICA TECNOECONÔMICA A SEGUNDA ONDA DE CONHECIMENTO PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO A TERCEIRA ONDA DE CONHECIMENTO
AULA 3 INOVAÇÃO: A CHAVE DO SUCESSO NA NOVA ERA INDUSTRIAL ACESSO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA A CRIAÇÃO DE INOVAÇÕES CAPITAL INTELECTUAL CAPACITANDO A INOVAÇÃO DENTRO DA EMPRESA
AULA 4 A GESTÃO DO CONHECIMENTO DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: COMO GERENCIAR DE ONDE VEM A GESTÃO DO CONHECIMENTO CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO TIPOS DE CONHECIMENTO
AULA 5 APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O CONHECIMENTO COMPETÊNCIA ORGANIZACIONAL GESTÃO ESTRATÉGICA DO CAPITAL INTELECTUAL CONHECIMENTO E VANTAGEM COMPETITIVA
AULA 6

BUSINESS INTELLIGENCE

PROCESSO DECISÓRIO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

DATA WAREHOUSE E DATA MINING: FERRAMENTAS DE BI

MARCA: O ASPECTO INTANGÍVEL DO CONHECIMENTO

ADMINISTRAÇÃO DA INCERTEZA: A ORGANIZAÇÃO COMO SISTEMA DE TOMADA DE DECISÃO

BIBLIOGRAFIAS

- DOW Jones industrial average crash in 2008. Wikipédia, 11 mai. 2015. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dowjones_crash_2008.svg. Acesso em: 15 out. 2017.
- IAMIN, G. P. Negociação: conceitos fundamentais e negócios internacionais. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- MARCAS emergentes. HSM Experience, 1 set. 2010. Disponível em: <https://experience.hsm.com.br/spc/posts/marcas-emergentes>. Acesso em: out. 2017.

